

Antônio José Meirelles e o *Conciliador*: publicização de dissensos no Maranhão Oitocentista

*Luisa Moraes Silva Cutrim*¹

Em 6 de abril de 1821 o Maranhão adere a Revolução do Porto. O então governador Pinto da Fonseca (1819-1822) - cuja a trajetória pautava-se por relações de fidelidade à família real - percebe esta como única saída capaz de conter os ânimos da população que apoiava o movimento de Portugal e, ao mesmo tempo, manter-se no poder. O movimento foi apoiado por “parte dos principais comerciantes e agricultores da província” além de militares, funcionários públicos e advogados (GALVES, 2010, p.21). Por possuírem interesses diversos os grupos se dividiram em favoráveis ou não ao “novo” governo de Pinto da Fonseca.

A eleição ou não de uma Junta Governativa², em abril de 1821, foi o primeiro embate entre os dois grupos antagônicos. Em meio a prisões, intimidações e arranjos políticos, o grupo ligado a Pinto da Fonseca inviabilizou o projeto de composição de uma Junta e organizou a “aclamação” do governador, que assim permanecia no cargo, agora revestido de ares constitucionais (GALVES, 2010, p.70). Contudo, ainda havia a necessidade de legitimar este novo governo, trazendo elementos que difundissem as novas ideias/ o discurso constitucional. Deste modo, passou a circular no Maranhão o primeiro jornal da capitania, o *Conciliador*³, dias após a adesão a Revolução do Porto.

Os anos de 1820 no Maranhão são pouco explorados⁴, quando muito a região é lembrada como uma das últimas a aderir a Independência –em julho de 1823. Nos últimos anos a historiografia começou a discutir a influência do vintismo na América portuguesa, principalmente pelo viés da liberdade de imprensa. Ainda assim, outros aspectos dessa influência continuam secundarizados, como as transformações no vocabulário político e as disputas entre os grupos que

¹Mestranda da Universidade Federal Fluminense-UFF. Orientanda da Prof. Dr.^a Márcia Motta.

²As eleições de juntas de governo provinciais foram estabelecidas pelas Cortes em decreto de 29 de setembro de 1821. No Maranhão, as eleições ocorrem em fevereiro de 1822. Portanto, até este primeiro momento de análise não havia qualquer forma de regulamentação da organização política das capitanias.

³O *Conciliador* circulou no Maranhão entre 1821 e 1823, sendo os 34 primeiros números manuscritos. A instalação da Tipografia, em novembro de 1821, também se pautava pela busca da legitimidade do governo. Ademais, a administração do Teatro União passa a ser pública e foi muito utilizado como espaço pedagógico constitucional a partir de encenações e distribuição de poesias que reafirmavam o novo discurso do governo (GALVES, 2010, p.298).

⁴ Mathias Assunção (2005, p.348) ressalta os poucos estudos sobre o período pré-Independência. Deste modo, as novidades advindas do movimento constitucional são percebidas como movimentações inéditas na região.

viveram a novidade constitucional. Envolveram-se nas querelas políticas nomes importantes dentro do cenário econômico do Maranhão: os negociantes⁵ e os comerciantes de grosso trato.

Antonio José Meirelles possui destaque entre os negociantes do Maranhão, ainda que muito seja mais citado como “antigo e rico comerciante” pela historiografia que propriamente análises mais profundas sobre sua atuação na capitania. Como limites deste artigo, pretende-se analisar o período de publicização dos embates políticos – impulsionados pela liberdade de imprensa advinda com a Revolução do Porto - a partir dos dissensos de Meirelles dentro do *Conciliador*, entre 1821 a 1823.

Antonio José Meirelles: negociante de grosso trato

Segundo Antonia Mota (2012) Antônio José Meirelles era o “segundo maior negociante da praça mercantil de São Luis”, enriquecendo com tráfico de escravos e tornando-se responsável pelo monopólio do abastecimento da cidade. Sua atuação também alcançou o campo político, adquirindo inúmeros inimigos (MOTA, 2012, p.126 e 127). No período do governo de Pinto da Fonseca o comendador foi personagem influente e apoio fundamental ao “novo” governo constitucional. Outro aspecto destacado por Mota (2012, p.130) ao analisar seu inventário é a quantidade de prédios urbanos pertencentes a Meirelles, sendo proprietário - juntamente com José Gonçalves da Silva - “de pelo menos trinta e um imóveis no perímetro urbano, o que confirma que, na praça mercantil de São Luis, os bens rentistas eram o maior investimento dos negociantes de grosso trato”⁶. Meirelles, então, torna-se um personagem central dentro da elite mercantil⁷ do Maranhão do período, assim como está relacionado com grande parte dos embates políticos da capitania.

A análise de Jorge Pedreira (1995) do termo negociante aponta para a importância que adquire a partir da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, quando ocorre a diferenciação entre comerciantes grossistas e retalhistas. A partir de então, os *homens de negócio*

⁵Entendemos negociante a partir do conceito de Théó Piñeiro (2003, p.74) como: “o proprietário do capital que, além da esfera da circulação, atua no abastecimento e no financiamento e investe no tráfico de escravos, o que permite que controle setores-chaves da economia”

⁶Odorico Mendes também ressalta a casa de Meirelles na cidade afirmando não ser “inferior a qualquer das dos novos Duques da França” (Censor, nº 2, 5/2/1825).

⁷George Souza (2012, p.25) explica elite mercantil como: “o grupo formado pelos grandes comerciantes da praça. A compra de engenhos, fazendas, embarcações, propriedades urbanas, contratos de arrematação, a participação no tráfico negreiro, a atuação como financistas são algumas das características dos integrantes deste grupo”.

tornam-se um grupo identificável e possuindo a praça como comunidade mercantil. Com a Carta de lei de 30 de agosto de 1770 (1995, p. 66, 68, 91 e 101), a profissão passa a ser classificada como ‘proveitosa, necessária e nobre’, possibilitando o alcance das distinções de honra. Antonio José Meirelles já possuía no período a distinção simbólica de comendador, título que recebe após a aquisição de vinte ações do Banco do Brasil (BN, Seção de Manuscritos, Coleção de Documentos Biográficos C 423, 31 *apud* GALVES, 2010, p.125). O que aponta para importância adquirida pelos negociantes ao final do século XVIII, atuando expressivamente ao longo do século seguinte.

Ademais, as atividades mercantis dos negociantes podem ser apreendidas a partir de João Fragoso (1998, p.21), em que observa outras formas de produção (ao lado da escravista) e um mercado interno, espaço no qual se realizariam acumulações endógenas. A conjugação desses elementos lhe permitia uma dinâmica interna e peculiar que não se reduzia às conjunções externas. Como também destaca, a elite mercantil que se forma na praça do Rio de Janeiro, compreendida como um grupo formado por poucos negociantes, porém com uma estabilidade maior alcançada por meio do monopólio dos negócios e formavam, assim, o “topo da hierarquia econômica da sociedade colonial” (FRAGOSO, 1998, 25; 210). Comparando as análises de Fragoso com a realidade do Maranhão no período, é possível observar semelhanças, como: realização das acumulações endógenas e formação de uma elite mercantil pouco numerosa.

A agroexportação era a principal atividade econômica dentro do Maranhão, sendo os principais produtos o algodão e o arroz (LAGO, 2001, p.41). Ainda que houvesse dificuldades estruturais nessas produções, foi a agricultura que possibilitou a acumulação de capital dentro da capitania, concentrada nas mãos de fazendeiros e negociantes, investindo boa parte desse capital na mão de obra escrava (FARIA, 2012, p.40). Deste modo, o Maranhão ganha destaque como um grande centro receptor de escravos e com poderosos negociantes envolvidos com produtos de agroexportação e com o comércio de seus meios de produção. Dentre esses homens, destaca-se Antonio José Meirelles que enriquece, como já foi dito, com o tráfico de escravos (MOTA, 2012, p.127) e possuía ainda o Contrato Régio das Sizas - imposto cobrado sobre o escravo que chegava da África. Ademais, o comendador passa a administrar, provavelmente em 1810, o Contrato das Carnes Verdes. Logo, Meirelles se encaixava nas características dos negociantes apontadas por Fragoso, em que acumulou capital, atuou por um longo período de tempo em um mesmo negócio e possuiu práticas monopolistas.

Em 1821 o poderio econômico do comendador aumenta com a morte de José Gonçalves da Silva, o “Barateiro”⁸, tornando-se a firma de Antonio José Meirelles Ferreira e Cia, segundo Jerônimo de Viveiros (1954, p.167), “a mais importante entre os estabelecimentos comerciais da praça maranhense”. O autor destaca ainda a fama do comendador em auxiliar negociantes de “apoucado recursos”, o que pode-se observar também no *Conciliador*, como na edição nº130 em que é publicado um abaixo-assinado feito pelos negociantes da Vila de Fortaleza, agradecendo a “honra, patriotismo e credito do Comendador Antônio José Meirelles” por ter “fiado grossa soma a alguns de seus habitantes” (*Conciliador*, 9/10/1822)⁹. O comendador alcança, então, grande importância econômica dentro do Maranhão, passando a atuar também no cenário político. De acordo com Viveiros (1954, p.167), Meirelles possuía a preocupação em “manter amizade com governadores e autoridades”, utilizando-se de sua fortuna e influência¹⁰ para se aproximar. Como figura de destaque dentro do governo de Pinto da Fonseca, Meirelles agiu em momentos decisivos dentro daquele governo, como: no subsídio das passagens do impressor e compositor da Tipografia recém chegada ao Maranhão (*Conciliador*, supl. ao nº46, 20/12/1821) e na organização, juntamente com outros comerciantes, da arrecadação de sacas de arroz para o sustento das tropas que lutariam contra a Independência na província (*Conciliador*, nº166, 12/2/1823).

No papel de negociante, Meirelles destaca-se ainda no âmbito do abastecimento com o contrato das Carnes Verdes¹¹. Contudo, os negociantes - em especial àqueles que tratavam do abastecimento - segundo Pedro Campos (2010, p.101) possuíam péssima fama perante a sociedade, pois “o alto preço, a má qualidade dos produtos e as crises de desabastecimento muitas vezes eram creditadas a eles, devido às suas práticas especulativas e monopolistas correntes”. Relação assim conflituosa ocorre durante a vigência do contrato de Meirelles, com a deficiência no abastecimento

⁸ José Gonçalves da Silva era português e chegou no Maranhão no final do século XVIII enriquecendo com o comércio de produtos agrícolas, como o algodão e o arroz. Ascende economicamente chegando a emprestar dinheiro para produtores rurais e outros comerciantes. Sendo considerado o principal negociante da região e conhecido nas crônicas locais como “Barateiro” (MOTA, 2012, 107;111).

⁹ Decidimos por atualizar a escrita das documentações.

¹⁰ Jerônimo de Viveiros transcreve trechos do jornal o *Conciliador* (20/2/1822) com os elogios a Pinto da Fonseca publicados por Antonio José Meirelles. Segundo o autor, o objetivo era conseguir “às ombra dessas amizades, polpudos lucros para sua casa comercial”(VIVEIROS, 1954, p.167-169).

¹¹ A carne verde era a alimentação mais comum dentro das capitânias sendo “proveniente do animal recém-abatido, que era retalhado e tinha suas partes vendidas pelos açougues da cidade”(CAMPOS, 2010, p. 10). Por sua importância, os períodos de escassez afetavam diretamente os moradores da cidade.

da cidade entre 1817 e 1818 - ano em que João Rodrigues de Miranda¹², desafeto de Meirelles, assumiu o cargo de almotacé. Ao final do processo do negociante Miranda, há atestações sobre sua boa atuação como almotacé, conseqüentemente, reclamações sobre o comendador. O desembargador Manoel Marcelino Veloso e Gama¹³, por exemplo, destacou os prejuízos causados aos moradores não apenas pelas constantes faltas dos produtos essenciais, mas também pela “diminuição do peso, e quantidade do que cada um exige, cobrando-se com tudo por inteiro o preço dos arreteis que arbitrariamente se querem distribuir no Açougue”. João Rodrigues de Miranda, segundo o desembargador, agiu ativamente para acabar com este “roubo feito ao publico”, porém não obteve sucesso pelos “obstáculos e embaraços que sempre encontram na parte do contractador” (AHU-ACL-CU-009- CX.168, D.12.249, ft. 155). Mais uma vez, então, os problemas dentro da capitania recaem sobre Meirelles.

Os meses que antecedem a adesão do Maranhão à Independência revelam o momento conturbado vivido na região e Meirelles age, então, visando defender os interesses daquele governo que apoiava. Utilizando-se do Corpo de Comercio, instituição de influência do personagem, ele eleva-se ao posto de 1ºcomandante do Regimento e de 2ª linha e envia ofício ao Governador de Armas para o não alistamento dos caixeiros - futuros comerciantes - nos corpos de 1ª linha, por serem os principais responsáveis pelo giro comercial, além de também representarem a população branca, que não poderia ser diminuída (*Conciliador*, nº185, 19/4/1823). Além disso, Meirelles foi escolhido, juntamente com o cônego Francisco da Mãe dos Homens de Carvalho, para fazer parte de uma comissão para a negociação de um armistício, dias antes da “adesão” à Independência, entretanto, foram recebidos com repugnância e não puderam “efetuar as negociações de que foram incumbidos”(VIEIRA DA SILVA, 1972, p.167-170). Percebe-se, assim, o comendador como figura central em diversas querelas políticas do período.

A liberdade de imprensa e as províncias do Norte

¹² João Rodrigues de Miranda foi um negociante com embates com Meirelles desde a sua atuação como almotacé. A partir de 1820, ascende economicamente com a arrematação, juntamente com seus sócios, de três importantes Contratos Régios: de auxílio ao Banco do Brasil, Subsídio Literário e Meia Siza. Ademais, fazia parte do grupo opositor ao governo de Pinto da Fonseca após a adesão ao movimento do Porto. Assinando abaixo-assinados que serão analisados a seguir. Luisa Cutrim (2013) *Negócios e política em tempos constitucionais: percursos do negociante João Rodrigues de Miranda*.

¹³ Veloso e Gama era “professor da Ordem de Christo, Desembargador da Relação da Bahia com exercício na desta cidade”(AHU-ACL-CU-009-CX.168, D.12249, ft. 152).

O movimento do Porto influenciou não apenas o Maranhão, mas também em outras províncias do Norte, como Grão-Pará e Bahia. Sob a perspectiva do Grão-Pará, Geraldo Coelho (1993, p.33) observou “as condições materiais e mentais que produziram a liberdade de imprensa no Portugal da Regeneração de 1820”, visto que percebe “ter sido através do discurso da liberdade de imprensa que o Vintismo verdadeiramente se representou no Norte do Brasil”. Deste modo, a liberdade de imprensa possuiu papel fundamental dentro das capitanias como meio de disseminação de ideias. Além disso, as ideias liberais também foram marcas da Revolução do Porto e ecoaram na América portuguesa a partir da prática política, “conduzida pela imprensa”, em que se buscava defender os direitos dos cidadãos (COELHO, 1993, p. 36). Logo, novas configurações políticas das províncias do Norte –principalmente Grão-Pará e Maranhão –terão como pilares a Revolução do Porto e a imprensa. Esta nova lógica pode ser observada no Maranhão, por exemplo, com a publicação do jornal *Conciliador*, já que o objetivo maior do impresso era a legitimação de Pinto da Fonseca como governador da Província.

A Bahia também foi influenciada pelo movimento constitucional a partir da liberdade de imprensa, com o *Semanário Cívico* analisado por Maria Nizza (2008). Assim como ocorreu no Maranhão, com o *Conciliador*, o *Semanário* possuía como objetivo “a divulgação dos novos princípios políticos” como forma de “catecismo político” explicando o que eram as Cortes e as novas ideias advindas do movimento, como o constitucionalismo. Aborda ainda um reflexo dessa liberdade de imprensa: a formação da opinião pública, percebido como um “conceito fundamental no novo sistema político”, ainda que fosse válido apenas “quando se tratava de divulgar o sistema político instaurado pela Constituição espanhola e seguido nas Bases da Constituição portuguesa, mas a discussão dos vários temas políticos cadentes na época era considerada supérflua e mesmo pernicioso”(SILVA, 2008, p. 65-68).

A importância da opinião pública também é percebida no Maranhão a partir das páginas do *Conciliador*. Como exemplo, temos o comendador Meirelles, que era constantemente atacado em denúncias e abaixo-assinados produzidos pela oposição, enquanto o jornal buscava ressaltar a “generosidade patriótica” do negociante com a publicação de elogios¹⁴ como ocorre na edição nº3

¹⁴Vale ressaltar que Antônio José Meirelles consta na lista de assinantes do jornal *Conciliador* e era também responsável por recolher assinatura para o jornal (GALVES, 2010, p.127;143). Marcelo Galves (2010, p.143) destaca: “ter o nome na lista de assinantes do mais moderno veículo de civilização da época poderia significar prestígio e publicização das relações políticas que se mantinha (...) e também o apoio às idéias defendidas pelo jornal”.

por ter ofertado um jantar ao Regimento de Linha de Guarnição e a distribuição de dinheiro a famílias pobres (*Conciliador*, 22/04/1821). Interessante perceber os agradecimentos relacionados com o poderio econômico do comendador.

A utilização de meios impressos para expor opiniões foi mecanismo fortemente utilizado no Maranhão vintista. O uso do movimento constitucional português como mecanismo para alcançar seus interesses não era exclusividade de grupos políticos apenas do Maranhão. Geraldo Coelho (1993, p. 92) aponta que a “pequena e letrada burguesia liberal do Grão-Pará”, também se valeu de “condições concretas nascidas com as projeções do discurso liberal da Regeneração sobre a sociedade local”. Portanto, o movimento constitucional passa a ser interpretado da maneira que mais convinha a cada grupo situado nas províncias. Se, por um lado, o governo utiliza esses meios para sua legitimação, de outro, uma oposição, até certo ponto coesa, também produz folhetos e abaixo-assinado para demonstrar descontentamento.

Os embates impressos

Em um período de intensa circulação de ideias, como ocorre entre 1821 a 1823, Antônio José Meirelles também se destaca na publicação de folhetos sobre a situação política do Maranhão e ativa participação no jornal *Conciliador* - “patrocinando subscrições, financiando suplementos ou tecendo considerações sobre a situação política provincial”(GALVES, 2010, p. 87). Um exemplo da atuação de Meirelles no jornal pode ser percebido no abaixo assinado em nome do Corpo de Comercio e Agricultura da Cidade na edição nº05 de 29/04/1821 em defesa da permanência de Pinto da Fonseca à frente do governo, e o comendador encabeça a lista dos assinantes. Segundo Marcelo Galves (2010, p.123), pelo menos mais cinco assinantes estavam diretamente ligados a Meirelles, entre sócios e comerciantes próximos a ele. Compreende-se, assim, a influência deste negociante dentro da política e do comércio do Maranhão, sendo figura-chave dentro do Corpo de Comércio e aliado importante na manutenção de Pinto da Fonseca no poder.

Os embates entre governo e oposição no Maranhão vintista podem ser apreendidos a partir das produções feitas pela oposição e pelas repostas dos acusados feitas no *Conciliador*. Destaca-se, assim, dois folhetos: *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao rei* e o *Requerimento dirigido ao Soberano Congresso por 48 habitantes desta cidade*. Ambos com o objetivo de fazer denúncias sobre o governo de Pinto da Fonseca e de seus aliados.

O *Protesto de lealdade...* (IHGB, lata 400, pasta 10) conta com a assinatura de 65 pessoas¹⁵, algumas figuras conhecidas dentro dos embates políticos e com influências econômicas, como Honório José Teixeira¹⁶ e João Rodrigues de Miranda. As acusações contra Pinto da Fonseca neste folheto recaem sobre o despotismo que guiava suas atitudes, em que estaria cada vez mais “aferrado ao seu sistema anti-constitucional”, sufocando, juntamente com a Junta da Fazenda, os “sentimentos de Direito Natural e escrito”. O abaixo-assinado salienta as dificuldades em organizar o governo nas novas bases constitucionais, já que Fonseca não seguia estes preceitos, visando apenas atender as suas “vontades de paixões”. O que se percebe também é a participação ativa da oposição que associava o constitucionalismo à queda de Pinto da Fonseca, expressão maior de um “sistema anti-constitucional”. Possivelmente, se confiarmos nas palavras dos abaixo-assinados, o governo de Pinto da Fonseca estava seguindo uma linha comum entre as administrações da América portuguesa, como ressaltam Costa e Galves (2011, p. 50): “Variadas foram as formas de legitimação de uma política autoritária e patrimonial, quase sempre sustentada em normas e institutos que se propunham liberais”. O *Protesto de lealdade...* reclama ainda dos gastos feitos por Antônio José Meirelles no funeral do Conde de Amarante, produzido com uma pompa que “só competeria a pessoa Real” e que ainda tentou disfarçar sua ação, pois os convites teriam sido feitos pelo bispo Nazaré¹⁷.

Em contrapartida, o *Requerimento...* é produzido após as eleições da Junta do Governo do Maranhão, em que saiu vencedores nomes como frei Nazaré, Filipe de Barros Vasconcelos e Caetano José de Sousa - figuras ligadas a Meirelles e Pinto da Fonseca -, enquanto houve a derrota de Miguel Bruce e Izidoro Rodrigues Pereira - nomes que assinaram tanto o *Protesto de lealdade...* quanto o *Requerimento...* (GALVES, 2010, p.162). Deste modo, as mudanças pretendidas meses antes pelos abaixo assinados não foram alcançadas, já que o governo continuou nas mãos dos aliados de Pinto da Fonseca. Entre as reclamações e denúncias está uma dívida de Antônio José Meirelles ao Banco do Brasil e ao Tesouro Nacional, pelo não pagamento dos

¹⁵ Destas, 40 assinaturas também constam no *Requerimento dirigido ao Soberano Congresso por 48 habitantes desta cidade*.

¹⁶ Honório José Teixeira era filho de Caetano José Teixeira, um dos principais comerciantes de escravos da capitania e desafeto de Meirelles. A morte do pai, em 1818, favoreceu o fortalecimento de Meirelles. A partir da adesão do Maranhão ao movimento do Porto Honório José Teixeira passa a atuar ativamente no cenário político, opondo-se a Pinto da Fonseca e Meirelles, financiando impressos dentro e fora do Maranhão (GALVES, 2010, p.73).

¹⁷ Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré era português e chega no Maranhão em 1820 quando assume a diocese. Sendo eleito presidente da Junta Consultiva em abril de 1821 (MARQUES, 2008 *apud* GALVES, 2010, p.162).

contratos à Junta da Fazenda. O comendador também é acusado no folheto de suspender o “incorrupível oficial” Domingos Lopes da Silva e Araújo do seu cargo de Guarda mor da Alfândega e de prender o “honradíssimo, e probo Negociante” João Rodrigues de Miranda¹⁸, ambos por prejudicarem os negócios de Meirelles, que vingou-se de “indigno modo”, segundo os públicos acusadores (*Conciliador*, suplemento ao nº82, 24/04/1822).

O abaixo assinado publicado no *Conciliador* é seguido de réplica feita por Antonio José Meirelles, justificando sua defesa por o atacarem “no caráter de Negociante; e infelizmente o crédito de um Negociante, sendo o mais melindroso de todos, éaquele que com maior facilidade pode ser perdido por depravação da calúnia”. Deste modo, o comendador para comprovar a falsidade das acusações anexa balancetes, declarações e certidões. Ademais, Meirelles também escreve a favor do governo de Pinto da Fonseca, afirmando que aplaudiu - assim como “a maioria absoluta de todas as classes ali também aplaudiu”- a conservações daquele governador que se comprometia governar “pelos Princípios Políticos felizmente jurados”. Este seria, então, a principal razão das acusações feitas pela oposição - em especial Honório JoséTeixeira, que seria o mentor do abaixo-assinado, segundo Meirelles. Em relação às dívidas em que fora acusado de possuir com a Fazenda Nacional, desmentiu os valores, assumindo um valor de pouco mais de 52 contos de réis devido a mudança do “Sistema político”- já que o pagamento era feito anteriormente ao Rio de Janeiro e agora passava para Lisboa. Em contrapartida, acusa de devedores o seu “frenético acusador” Honório José Teixeira e o “caluniador” João Rodrigues de Miranda, com pagamentos ínfimos aos Cofres Nacionais. Deste modo, não poderiam falar de um comerciante ativo como ele, “que tanto tem promovido os rendimentos Nacionais, levando por sua indústria aos Cofres da Fazenda muitas e mui consideráveis somas” (*Conciliador*, suplemento ao nº82, 24/04/1822). Destarte, percebe-se a atuação desses personagens dentro da economia do Maranhão, ainda que Meirelles encontre-se no campo político ao lado do governo, a oposição que se formava também possuía influência econômica.

A publicação de Meirelles também possibilita observar as relações que mantinha com comerciantes ingleses, buscando publicar folheto em Liverpool para reafirmar a sua credibilidade naquela praça, além de afirmar não ter Honório José Teixeira somas suficientes para transportar à

¹⁸ Sobre a prisão de João Rodrigues de Miranda ver Luisa Cutrim (2013) *Negócios e política em tempos constitucionais: percursos do negociante João Rodrigues de Miranda*, cap. III.

Inglaterra (*Conciliador*, suplemento ao nº82, 24/04/1822). Essa preocupação pode ser explicada pela predominância inglesa no comércio da América portuguesa, principalmente após a vinda da família real e a abertura dos portos. De acordo com Carlos Guimarães (2007, p.381; 385) os ingleses eram maiores negociantes de grosso trato dentro do Rio de Janeiro do que os portugueses. Contudo, para manter suas posições os portugueses monopolizavam outras atividades, como o tráfico negreiro. Esse é o caso, então, de Meirelles, que atuava no comércio de escravos e no abastecimento e mantinha relações com os ingleses, figuras também de destaque no cenário econômico.

Os embates com Meirelles findam após a “adesão” a Independência, quando foram expulsos do Maranhão dezessete “portugueses”, incluindo tanto figuras como o comendador, que atuaram ao lado do governo de Pinto da Fonseca, como personagem daquela oposição, como Honório José Teixeira (GALVES, 2010, p.185). Percebe-se, então, que o grupo organizado contra o governo constitucional de Pinto da Fonseca não necessariamente possuía um desejo de emancipação de Portugal. A expulsão de uma figura econômica importante dentro do Maranhão, como Meirelles, pode ser compreendida com a transformação de concepção do “ser português”: se antes a denominação expressava o local de nascimento, naquele momento pós-Independência o termo passa a representar um “ser absolutista” ou visto como suspeito (RIBEIRO, 2002, p.61). Se no período da adesão ao movimento do Porto esses personagens se destacam, após a Independência retomam a influência política os grandes proprietários da ribeira do Itapecuru (GALVES, 2010, p. 186).

Considerações Finais

Os estudos sobre os negociantes no Maranhão ainda são pontuais dentro da historiografia maranhense, possuindo na maior parte das vezes papel coadjuvante. Destarte, a análise de personagens dentro desse seleto grupo possibilita perceber as cisões que os dividiram entre favoráveis ou não ao governo de Pinto da Fonseca. O período entre a adesão à Revolução e a adesão à Independência foi permeado por querelas políticas em que personagens se repetem. Deste modo, compreender quem eram esses negociantes facilita o entendimento deste dito Maranhão constitucional.

Antonio José Meirelles, então, faz parte desse grupo de negociantes que possuíram forte atuação política dentro do Maranhão entre 1820 a 1823. A partir das páginas do *Conciliador* é possível observar antigos dissensos, agora revestidos de argumentos constitucionais, além de

11

alcaçarem outros patamares a partir de suas publicações no até então único impresso da província. Analisar sua atividade mercantil bem como os embates políticos em que se envolveu possibilita também enriquecer as análises sobre os negociantes que ganham destaque ao longo do século XIX, alcançando patamares de influência política a partir do seu poderio econômico.

Referências

1) Fontes

a) Manuscritas

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. Autos Cíveis de Agravo de decisão passada a favor de Antonio Joze Meirelles Ferreira & Cia. Doc. 599, Cx. 4.i.2.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Representação dos moradores do Maranhão ao rei D. João VI, informando sobre o Estado do Maranhão e solicitando que o governador, o juiz de fora, entre muitos outros sejam substituídos. Maranhão, 24 de outubro de 1821. CU 009, cx. 167, doc. 12.168.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. REQ. de João Rodrigues de Miranda ao Congresso das Cortes Gerais, pedindo para que seja posto em liberdade e que o seu processo corra os trâmites de direito, para ser indenizado dos danos que sofreu, por ser o contratador das meias sisas. 1822, Fevereiro, 25, São Luis do Maranhão. **AHU-ACL-CU-009, Cx. 168, D. 12249, DOC. 0044-0120.**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Carta Imperial concedendo 10 anos de privilégios a Antônio José Meirelles e Allem etc Smith da propriedade e uso de uma máquina de sua invenção para descascar arroz. Maranhão, 5 de setembro de 1836. Livro 21, doc. 3322. Fl. 59v-60.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao Rei. Abaixo-assinado dos cidadãos da província do Maranhão. Coleção Instituto Histórico. Lata 400, pasta 10, doc. 2.

b) Impresso

(O) Conciliador – MA (1821-1823)

2) Bibliografia

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. **Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão (1822-27).** In: JANCSÓ, Istvan (org). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec - Fapesp, 2005, p. 345-378.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835).** São Paulo: Alameda, 2010.

COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822.** Belém: CEJUP, 1993.

COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. **O Epaminondas Americano: trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão**. São Luís: Café & Lápis; Eduema, 2011.
do Maranhão. São Paulo: Siciliano, 2001.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luis: Edufma, 2012.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **O comércio inglês no Império brasileiro: a atuação da firma inglesa Carruthers & Co., 1824-1854**. In: CARVALHO, José Murilo (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1822) **Estatística histórico-geográfica da Província**. 2001.

MOTA, Antonia da Silva. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luis: Edufma, 2012.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. Dissertação de doutoramento em Sociologia. Universidade Nova de Lisboa, 1995.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **Negociantes, independência e o primeiro Banco do Brasil: uma trajetória de poder e de grandes negócios**. Revista *Tempo*, nº 15, p. 71-91. Rio de Janeiro, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Semanário cívico: Bahia, 1821 – 1823**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-c. 1759)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

VIEIRA DA SILVA, Luis Antônio. **História da Independência da província do Maranhão: 1822/1828**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luis: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

